

IBGE

Setor de serviços registra nona alta seguida

O setor de serviços, que reúne atividades como transporte, turismo, restaurantes, salão de beleza e tecnologia da informação, cresceu 0,3% em outubro na comparação com setembro. Esse desempenho representa a nona alta seguida. A sequência de crescimento iniciada em fevereiro significa avanço acumulado de 3,7% e faz o

setor ampliar o nível mais alto de atividade já registrado. Fica também 20,1% acima do patamar pré-pandemia de covid-19 (fevereiro de 2020). Os dados fazem parte da Pesquisa Mensal de Serviços, divulgada nesta sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com os nove meses de crescimentos consecutivos,

2025 supera a marca de oito meses seguidos compreendida entre fevereiro e setembro de 2022. Naquele período, no entanto, a expansão acumulada era de 5,6%. A série do IBGE traz dados desde janeiro de 2011. O desempenho de outubro de 2025 mostra alta de 2,2% em relação ao mesmo mês de 2024. [PÁGINA 2](#)

AVIAÇÃO

Anac aprova a venda do Aeroporto do Galeão

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) aprovou o edital da venda assistida do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão. O documento, que traz as regras para a repactuação do contrato de concessão do aeroporto deve ser publicado no Diário Oficial da União nesta segunda-feira. Um dos pontos centrais da venda assistida é a realização de um processo competitivo simplificado, com lance mínimo de R\$ 932 milhões. O leilão está agendado para 30 de março de 2026. A solução, validada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), incorpora melhorias regulatórias e visa assegurar a sustentabilidade da concessão até seu prazo final.

[PÁGINA 5](#)

PARALISAÇÃO

Petroleiros marcam greve nacional para o dia 15

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) e seus sindicatos reafirmaram nesta sexta-feira que está mantida a deflagração de uma greve nacional a partir da zero hora desta segunda-feira. A Petrobras disse que segue aberta à negociação. A decisão foi tomada na última quarta-feira, após a apresentação, pela companhia, de uma segunda contraproposta para o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), considerada insuficiente pelas entidades que representam a categoria. O comunicado de greve foi enviado à empresa nesta sexta. A Petrobras diz que respeita o direito de manifestação dos empregados e, em caso de necessidade, adotará medidas de contingência para a continuidade de suas atividades. [PÁGINA 7](#)

ESTADOS UNIDOS

Trump retira Moraes e esposa de lista da Lei Magnitsky



ANTÔNIO AUGUSTO/STF

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, retirou nesta sexta-feira o nome do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes da lista de sancionados pela Lei Maginitsky. A decisão também incluiu a remoção da advogada Viviane Barci, esposa do magistrado, e do Instituo Lex, empresa mantida pelo casal. Moraes foi sancionado pelo governo Trump no dia 30 de julho deste ano

em um contexto de pressão das autoridades norte-americanas para que ele recuasse no julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro por liderar uma organização criminosa em uma tentativa de golpe de estado. Já Viviane e a empresa foram incluídos na lista mantida pelo Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros no dia 22 de setembro deste ano. [PÁGINA 8](#)

DECISÃO



LULA MARQUES/ABRASIL

Perda do mandato de Carla Zambelli é decidida por unanimidade no STF

Por unanimidade, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu manter a decisão do ministro Alexandre de Moraes que anulou a votação da Câmara dos Deputados que rejeitou a cassação e manteve o mandato da deputada Carla Zambelli (PL-SP) (**foto**). A liminar foi proferida na quinta-feira e referendada nesta sexta-feira pelo colegiado. A votação começou às 11h e foi finalizada por volta das 16h, com o último voto, que foi dado pela ministra Cármen Lúcia. O placar final foi de 4 votos a 0. Também votaram pela manutenção da decisão os ministros Flávio Dino, Cristiano Zanin e Moraes, relator do caso. Com a decisão final do STF sobre a questão, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), deverá dar posse ao suplente de Zambelli, Adilson Barroso (PL-SP), no prazo de 48 horas. [PÁGINA 6](#)

INDICADORES

| IBOVESPA 0,67% / 159.038,81 / 1.057,68 / Volume: 23.471.670.433 / Negócios: 3.528.186 |       |       |               |       |       |                |        |       |                  |                 |               |
|---------------------------------------------------------------------------------------|-------|-------|---------------|-------|-------|----------------|--------|-------|------------------|-----------------|---------------|
| Mais Negociados                                                                       |       |       | Majores Altas |       |       | Majores Baixas |        |       | Fechamento       |                 |               |
|                                                                                       | Preço | %     | Oscil.        |       | Preço | %              | Oscil. |       |                  |                 | %             |
| GOLL54                                                                                | 5,30  | +3,92 | +0,20         | ARND3 | 0,880 | +17,33         | +0,130 | FICT3 | 1,83             | -11,59          | -0,24         |
| ABEV3                                                                                 | 13,60 | -0,29 | -0,04         | PDGR3 | 1,65  | +16,20         | +0,23  | CTSA4 | 2,10             | -10,26          | -0,24         |
| ITSA4                                                                                 | 11,61 | -6,07 | -0,75         | SMT03 | 15,40 | +14,50         | +1,95  | BGIP3 | 35,82            | -9,50           | -3,76         |
| LREN3                                                                                 | 14,02 | +0,29 | +0,04         | CEEB5 | 40,00 | +13,83         | +4,86  | BOBR4 | 1,26             | -8,03           | -0,11         |
| CSAN3                                                                                 | 6,01  | +2,04 | +0,12         | DASA3 | 3,61  | +12,11         | +0,39  | MOAR3 | 67,25            | -8,00           | -5,85         |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       | Dow Jones        | 48.057,75       | +1,05         |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       | S&P 500          | 6.886,68        | +0,67         |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       | NASDAQ Composite | 23.654,155      | +0,33         |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       | Nasdaq 100       | 25.776,437      | +0,42         |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       | Euronext 100     | 1.691,54        | -0,41         |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       | CAC 40           | 8.022,69        | -0,37         |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       |                  |                 |               |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       |                  | Salário mínimo  | R\$ 1.412,00  |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       |                  | Ufir-RJ         | R\$ 4,5373    |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       |                  | Taxa Selic      | 15%           |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       |                  | (10/12)         |               |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       |                  | TR              | 0,1722%       |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       |                  | (11/12)         |               |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       |                  | Poupança        | 0,6731%       |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       |                  | (11/12)         |               |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       |                  | IGP-M           | 0,27% (nov.)  |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       |                  | IPCA-15         | 0,20% (nov.)  |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       |                  | CDI             | 14,90%        |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       |                  | (10/12)         |               |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       |                  | OURO            |               |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       |                  | BM&F/grama/RJ   | R\$ 748,87    |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       |                  | EURO Comercial  |               |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       |                  | Compra: 6,3836  | Venda: 6,3842 |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       |                  | EURO turismo    |               |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       |                  | Compra: 6,4699  | Venda: 6,4499 |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       |                  | DÓLAR Ptax - BC |               |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       |                  | Compra: 5,4656  | +0,16%        |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       |                  | DÓLAR comercial |               |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       |                  | Compra: 5,4680  | Venda: 5,4686 |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       |                  | DÓLAR turismo   |               |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       |                  | Compra: 5,5053  | Venda: 5,6853 |

MERCADOS

Ibovespa retoma nível de 160 mil pontos, com alta em torno de 1%

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

O Ibovespa retomou nesta sexta-feira, em fechamento a linha de 160 mil pontos, após ter mergulhado do recorde intradia de 165 mil pontos para encerramento a 157 mil ao longo da sexta anterior. Assim, na semana que chega ao fim, teve recuperação de 2,16%, voltando a ficar positivo no mês, em alta de 1,07%. No ano, o índice da B3 sobe 33,66%, de novo acima do desempenho acumulado em 2019 (31,58%), a caminho ainda da maior ganho desde 2016, quando avançou quase 39%.

Entre a mínima e a máxima desta sexta, oscilou dos 159.189,10, correspondente ao nível de abertura, até os 161.263,40 pontos, com giro a R\$ 23,2 bilhões na sessão. No fechamento, marcava alta de 0,99%, aos 160.766,37 pontos, ganhando fôlego ao longo da tarde, na contramão de desempenho negativo dos índices de ações em Nova York, onde as perdas do dia ficaram entre 0,51% (Dow Jones) e 1,69% (Nasdaq), ainda em torno dos temores sobre a bolha na IA.

O ganho de fôlego do Ibovespa à tarde, em dia de poucos vetores para os negócios, acompanhou a notícia de que os Estados Unidos suspenderam as restrições que haviam sido impostas ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), e esposa, no âmbito da Lei Magnitsky. A notícia reforça a percepção de que a relação Brasil-Estados Unidos segue em recuperação.

Assim, Vale ON, a principal ação do Ibovespa, moderou as perdas e fechou a sessão perto da estabilidade (-0,06%), e as ações de bancos receberam impulso, embora moderado no fechamento, com destaque ainda para o estatal Banco do Brasil (ON 0,60%) e, em especial, para o principal papel do setor financeiro, Itaú (PN 0,89%), e Bradesco (ON 1,20%, PN 0,65%). Santander Unit destoou ao fim (-0,09%).

Petrobras ON e PN subiram, pela ordem, 1,22% e 1,06%. Com a melhora nas blue chips, o Ibovespa se firmou além dos 160 mil pontos, no meio da tarde, acentuando a retomada, em alta pelo terceiro dia, e na contramão de etapa vespertina ainda bem negativa em Nova York. Na ponta ganhadora do Ibovespa, Hapvida (5,45%), Assaí (4,19%) e Vivara (3,45%). No lado oposto, Cosan (-2,18%), Minerva (-1,79%) e Raízen (-1,16%). Na semana, o Ibovespa colheu apenas um leve revés, na terça-feira (-0,13%), sem que o índice aguçasse a correção da última sexta-feira.

"Nesta semana, o mercado buscou se recuperar da última sexta-feira, mas longe de apagar as perdas daquilo que talvez fique conhecido como 'Flávio Day'", diz Felipe Cima, analista da Manchester Investimentos, acrescentando que a manutenção, ou não, da pré-candidatura mal recebida pelo mercado tende a permanecer como pergunta em aberto até o carnaval.

"A ideia que se tem, no momento, é de que Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo, não concorre à Presidência se não for ungião pelo

ex-presidente Jair Bolsonaro", observa o analista, em referência ao nome preferido do mercado, em razão da visão de que teria compromisso maior do que qualquer outro candidato com um ajuste fiscal já em 2027, se vier a disputar e vencer a eleição de 2026.

"Sondagens eleitorais mostrando ganho de tração de candidaturas de centro-direita, com destaque para o governador Tarcísio de Freitas, também reforçam o modesto otimismo com o mercado local", aponta Bruno Perri, economista-chefe, estrategista e sócio-fundador da Forum Investimentos.

Ele destaca a pesquisa Futura/APEX, com possibilidade de vitória de Tarcísio no segundo turno. "E o comentário de Michelle Bolsonaro, de que aceitaria ser vice do governador paulista no pleito presidencial em 2026, o que deu alarde, na contramão de desempenho negativo dos índices de ações em Nova York, onde as perdas do dia ficaram entre 0,51% (Dow Jones) e 1,69% (Nasdaq), ainda em torno dos temores sobre a bolha na IA.

O ganho de fôlego do Ibovespa à tarde, em dia de poucos vetores para os negócios, acompanhou a notícia de que os Estados Unidos suspenderam as restrições que haviam sido impostas ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), e esposa, no âmbito da Lei Magnitsky. A notícia reforça a percepção de que a relação Brasil-Estados Unidos segue em recuperação.

Assim, Vale ON, a principal ação do Ibovespa, moderou as perdas e fechou a sessão perto da estabilidade (-0,06%), e as ações de bancos receberam impulso, embora moderado no fechamento, com destaque ainda para o estatal Banco do Brasil (ON 0,60%) e, em especial, para o principal papel do setor financeiro, Itaú (PN 0,89%), e Bradesco (ON 1,20%, PN 0,65%). Santander Unit destoou ao fim (-0,09%).

Petrobras ON e PN subiram, pela ordem, 1,22% e 1,06%. Com a melhora nas blue chips, o Ibovespa se firmou além dos 160 mil pontos, no meio da tarde, acentuando a retomada, em alta pelo terceiro dia, e na contramão de etapa vespertina ainda bem negativa em Nova York. Na ponta ganhadora do Ibovespa, Hapvida (5,45%), Assaí (4,19%) e Vivara (3,45%). No lado oposto, Cosan (-2,18%), Minerva (-1,79%) e Raízen (-1,16%). Na semana, o Ibovespa colheu apenas um leve revés, na terça-feira (-0,13%), sem que o índice aguçasse a correção da última sexta-feira.

"Nesta semana, o mercado buscou se recuperar da última sexta-feira, mas longe de apagar as perdas daquilo que talvez fique conhecido como 'Flávio Day'", diz Felipe Cima, analista da Manchester Investimentos, acrescentando que a manutenção, ou não, da pré-candidatura mal recebida pelo mercado tende a permanecer como pergunta em aberto até o carnaval.

"A ideia que se tem, no momento, é de que Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo, não concorre à Presidência se não for ungião pelo

OUTUBRO

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

O setor de serviços, que reúne atividades como transporte, turismo, restaurantes, salão de beleza e tecnologia da informação, cresceu 0,3% em outubro na comparação com setembro. Esse desempenho representa a nona alta seguida.

A sequência de crescimento iniciada em fevereiro significa avanço acumulado de 3,7% e faz o setor ampliar o nível mais alto de atividade já registrado. Fica também 20,1% acima do patamar pré-pandemia de covid-19 (fevereiro de 2020). Os dados fazem parte da Pesquisa Mensal de Serviços, divulgada nesta sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com os nove meses de crescimentos consecutivos, 2025 supera a marca de oito meses seguidos compreendida entre fevereiro e setembro de 2022. Naquele período, no entanto, a expansão acumulada era de 5,6%. A série do IBGE traz dados desde janeiro de 2011.

O desempenho de outubro de 2025 mostra alta de 2,2% em relação ao mesmo mês de 2024. No acumulado de 12 meses, o setor apresenta expansão de 2,8% (no período terminado em setembro era 3,1%).

O setor de serviços acumulou ganho de 3,7% em nove meses seguidos de altas: fevereiro (0,8%), março (0,4%), abril (0,3%), maio (0,2%), junho (0,4%), julho (0,3%), agosto (0,2%), setembro (0,7%) e outubro (0,3%).

Os cinco grandes setores apresentaram crescimento na passagem de setembro para outubro: Serviços prestados às famílias, 0,1%; Informação e comunicação, 0,3%; Serviços profissionais e administrativos, 0,1%; transportes, armazenagem e correio, 1%; e outros serviços: 0,5%.

O gerente da pesquisa, Rodrigo Lobo, destaca que o transporte aéreo e o rodoviário de cargas foram protagonistas. "O aéreo tem crescido por conta do maior número de passageiros transportados, o que se reflete em maiores receitas para as companhias aéreas", cita.

"O aumento das receitas das

CORREIOS

Bancos fecham proposta para empréstimo de R\$ 12 bilhões

ALVARO GRIBEL/AE

Um grupo de cinco bancos fechou uma proposta para emprestar R\$ 12 bilhões aos Correios. A estatal ainda aguarda o envio da documentação, que estava prevista para esta sexta-feira.

A proposta ainda será analisada pelo Tesouro Nacional, que precisará ser avalista da operação. Caixa, Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Santander devem participar do negócio.

A empresa acumula prejuízo de R\$ 6,05 bilhões de janeiro a setembro deste ano e busca recursos para conseguir reequilibrar as contas. Desde 2022, o prejuízo da estatal chega a R\$ 10

Setor de serviços cresce pelo nono mês seguido, diz IBGE

Atividade cultural emprega 5,9 milhões de pessoas no Brasil

ANA CRISTINA CAMPOS/ABRASIL

O setor cultural empregou 5,9 milhões de pessoas no Brasil em 2024, o maior valor da série iniciada em 2014, acompanhando o dinamismo do mercado de trabalho como um todo. A área cultural mantém a proporção de 5,8% dos ocupados observada em 2023, também representando os maiores valores da série.

Os dados constam do Sistema de Informações e Indicadores Culturais - 2013-2024 divulgado nesta sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo o levantamento, de 2014 a 2024 os trabalhadores do setor cultural tiveram um nível de instrução mais elevado que o observado entre os ocupados no mercado de trabalho em geral. Em 2024, para a totalidade dos trabalhadores, 23,4% tinham nível superior completo, enquanto no setor cultural, 30,1% dos trabalhadores completaram o nível superior.

Entre as unidades da Federação, São Paulo (7,6%), Rio de Janeiro (7%) e Ceará (7%) apresentaram a maior proporção de pessoas trabalhando no setor cultural em 2024. Por outro lado, Acre (2,7%), Amapá (2,8%) e Rondônia (2%) tiveram as menores taxas. Entre as capitais, destacaram-se em 2024 Florianópolis (10,7%), São Paulo (10,1%) e Manaus (9,4%).

Apesar de o setor cultural apresentar um perfil com mais escolaridade, há maior informalidade na cultura (44,6% em 2024) do que no total dos ocupados (40,6%). Por unidades da Federação, os maiores percentuais de informalidade no setor cultural foram apurados em Roraima (76,9%), Pará (74,1%) e Tocantins (71,5%), enquanto os menores, em Santa Catarina (30,0%), Rio Grande do Sul (32,6%) e Paraná (33,2%).

empresas de transporte rodoviário de cargas cresce, em grande medida, por causa dos fretes realizados para o escoamento da produção agrícola, que terá safra recorde neste ano, e de entregas oriundas do comércio eletrônico", completa.

Os transportes e armazenagens têm peso de 36,40% no total dos serviços do país.

O segundo maior impulso de crescimento ficou com o setor de informação e comunicação. Lobo lembra que as atividades de tecnologia da informação têm sido bastante demandadas depois da pandemia por causa da necessidade de digitalização das empresas.

TURISMO

A Pesquisa Mensal de Serviços traz ainda o Índice de Atividades Turísticas (Iatur), que cresceu 0,8% em outubro, na comparação com o mês anterior. Em 12 meses, a alta é de 6% (no período terminado em setembro era 6,7%).

Esses resultados deixam as atividades de turismo 12,7% acima do patamar pré-pandemia e 1% abaixo do maior nível já alcançado, em dezembro de 2024.

O Iatur reúne 22 das 166 atividades de serviços investigadas na pesquisa e que são ligadas à atividade turística, como hotéis, agências de viagens e transporte aéreo de passageiros.

São divulgadas informações de 17 unidades da federação: Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e Distrito Federal, Amazonas, Pará, Mato Grosso, Alagoas e Rio Grande do Norte.

A Pesquisa Mensal de Serviços é a terceira de três levantamentos conjunturais divulgados mensalmente pelo IBGE. Nos últimos dias, o instituto revelou que a indústria apresentou variação positiva de 0,1% em outubro e o comércio cresceu 0,5% na comparação com setembro.

companhia. Não vamos ficar com a faca no pescoço por conta da incompreensão da parte de uma ou outra instituição financeira", afirmou.

Segundo ele, o mundo inteiro achou solução para manter serviços essenciais da estatal sem privatizar as empresas. A saída foi agregar outros serviços além do postal, como produtos financeiros, previdências e seguros.

Em meio à crise, o governo Lula editou um decreto para que estatais não dependentes que estejam passando por dificuldades operacionais possam apresentar plano de reequilíbrio econômico-financeiro, inclusive com possibilidade de aporte futuro do Tesouro.

"O novo mecanismo cria um caminho estruturado para que empresas estatais federais enfrentem desafios conjunturais sem serem, de imediato, reclassificadas como dependentes do Tesouro Nacional", disse o Ministério da Gestão, em nota.

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil



ACESSE NOSSO SITE



www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908  
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002  
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar  
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000  
Tel.: (11) 2655-1899

FRACKING

# Ambientalistas veem riscos em técnica para extrair gás

RAFAEL CARDOSO/ABRASIL

Pesquisadores, ambientalistas e entidades da sociedade civil alertam para os riscos hídricos, climáticos e sanitários da técnica de fraturamento hidráulico (fracking) usada na exploração de gás natural não convencional. Posicionamentos sobre o tema foram apresentados em audiência pública no Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília.

O fraturamento hidráulico usa água, areia e produtos químicos em tubo de alta pressão para causar fissuras em rochas do tipo folhelho (ou xisto). Elas têm esse nome porque lembram um acúmulo de folhas, com permeabilidade baixa. Por meio da técnica, o gás que estava preso nas rochas flui para o tubo e chega à superfície. É um processo com grau de dificuldade diferente da exploração do gás natural convencional.

Desde 2013, interessados na técnica tentam achar meios de estimular os primeiros passos no Brasil. Naquele ano, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) realizou uma licitação para pesquisa e extração através do fraturamento hidráulico. Blocos foram concedidos no Paraná e em São Paulo. O Ministério Público Federal (MPF) entrou com ações civis públicas nas regiões, o que, na prática, tornou nulos os efeitos da licitação.

A audiência convocada ontem pelo STJ tem o objetivo de levantar informações para posterior julgamento sobre o tema.

O Instituto Arayara, organização ambiental sem fins lucrativos, denuncia que o fracking exige um consumo hídrico extremo para fraturar as rochas (entre 5,7 até 61 milhões de litros de água por poço), e envolve substâncias tóxicas e cancerígenas que podem contaminar aquíferos e mananciais.

Outros impactos incluem poluição do ar com liberação de metano e compostos orgânicos voláteis (COVs), e tremores de terra causados pela injeção de fluidos em grandes profundidades.

“Pedimos que a Corte faça uma análise primorosa, baseada na ciência e no cuidado com a vida das pessoas. Para que possamos evitar terremotos espalhados pelo Brasil, evitar piscinas com produtos químicos e radioativos vindos do subsolo es-

palhados por centenas de cidades. Sabemos muito bem que os municípios não têm capacidade de fiscalização sobre esse tipo de atividade”, diz o engenheiro ambiental Juliano Bueno de Araujo, diretor técnico do Instituto Arayara e da Coalização Não Fracking Brasil (Coesus).

Dados da instituição indicam que mais de 524 cidades em 17 estados do Brasil aprovaram leis municipais que restringem o uso de água de superfície e emissão de alvarás para atividades que usam o fraturamento hidráulico.

A bióloga Moara Menta Giasson, diretora do Departamento de Políticas de Avaliação de Impacto Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, afirmou que não existem padrões de segurança ambiental para uso do fracking.

“O ministério tem reiteradamente apontado os altos riscos e os impactos negativos da técnica, pontuando como fundamental a elaboração de Avaliação Ambiental de Área Sedimentar. Essa avaliação ainda não foi efetivamente implantada. A literatura científica é unânime em indicar altos índices de emissões fugitivas, especialmente de metano, que é um dos piores gases em severidade para aumento do efeito estufa”, diz Giasson.

Ela também destaca o alto consumo de água e os riscos para os aquíferos nacionais. “Segundo a Política Nacional de Recursos Hídrico, a água tem natureza de bem público, sendo o uso prioritário para consumo humano e animal. E a água do fracking se torna imprópria para os usos prioritários após a mistura com fluidos e compostos tóxicos”, diz a bióloga.

“Apesar das regras de exploração serem rígidas, acidentes acontecem. Se eu aplicar o fracking em uma área de escassez hídrica ou área com aquífero extremamente importante, qualquer acidente vai contaminar a água que é dos nossos filhos e dos nossos netos”, complementa.

OUTRO LADO

Representantes do setor de petróleo e gás defendem que a técnica pode ser aplicada com segurança e gerar benefícios econômicos. O diretor-geral da ANP, Artur Watt Neto, diz que o órgão estabeleceu padrões seguros para a execução do fracking.

“As nossas normas estão entre as mais rigorosas do mundo.

Criamos requisitos adicionais para essa atividade da perfuração. Só autorizamos a técnica quando há camada considerável de isolamento entre a terra mais porosa e os nossos recursos hídricos no local onde seria feita a exploração”, diz o diretor.

Artur Watt Neto defende que a exploração de gás segue licenças e exigências dos órgãos de controle ambiental. E afirma que obter novas fontes energéticas é uma questão de desenvolvimento nacional e atende às necessidades do mercado.

“Precisamos nos preocupar com a questão das emissões. Mas devemos considerar a demanda de combustíveis, e não a oferta e a produção. Quando a gente não faz a produção, o mercado que é líquido e global vai fazer essa produção em outros lugares. As emissões vão continuar ocorrendo. A atmosfera é uma só”, diz Neto.

Adriano Pires Rodrigues, consultor e cofundador da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás (ABPIP), defende que a exploração por meio do fracking é essencial para lidar com as novas demandas tecnológicas.

“O que a gente está vendo hoje é um consumo gigantesco de energia por conta de data centers e da inteligência artificial, que exigem pensar o que é transição energética. Nesse contexto de quarta Revolução Industrial, precisamos entender que não dá para abrir mão de uma fonte de energia”, diz Rodrigues.

O diretor do Instituto Arayara rebate os argumentos sob demanda energética nacional.

“O gás natural representa 9,6% da matriz energética brasileira e 6,3% da matriz elétrica em 2024. Ouvimos que existe uma

necessidade de produzir mais gás. Mas boa parte do que é produzido não é utilizado. Em 2024, 54,3% da produção de gás do Brasil foi reinjetada por ausência de demanda. Em 2025, de janeiro a outubro, 54,4% já foi reinjetada”, diz Juliano Bueno de Araujo.

INTERNACIONAL

Os Estados Unidos lançaram, em 2010, a Iniciativa Global de Gás de Xisto. Em 2011, a Administração de Informação de Energia dos Estados Unidos (EIA, na sigla em inglês) publicou um relatório, atualizado em 2013, sobre as principais reservas globais.

Foram identificados 41 países e um total de 7.299 trilhões de pés cúbicos de reservas de gás de xisto recuperáveis. Depois dos EUA, o destaque é a Argentina, com a segunda maior reserva do gás. O Brasil tem a décima maior reserva.

No Estados Unidos, a técnica só começou a ser empregada com intensidade a partir dos anos 2000. Na Argentina, o governo contou com o apoio de petroleiras e iniciou a exploração por meio do fracking em 2013 na Patagônia. A principal região é Vaca Muerta, na Bacia Sedimentar de Neuquén.

Na audiência do STJ, a advogada Marcella Torres, da Associação Interamericana para a Defesa do Ambiente (AIDA), trouxe dados de problemas em Neuquén, tendo como fonte o próprio governo argentino. Segundo ela, os acidentes ambientais na região saltaram de 863 em 2015 para 2.049 seis anos depois. Entre maio de 2021 e abril de 2022, foram gerados cerca de 389 mil litros de líquido contaminados por dia em Vaca Muerta.

PETRÓLEO

GABRIELA DA CUNHA/AE

A Petrobras informou nesta sexta-feira que iniciou o leilão das plataformas P-19 e P-26 para descomissionamento, totalizando 40 mil toneladas de aço. A estatal prevê a etapa de oferta de lances para fevereiro de 2026.

Atualmente, a P-26 está acostada no Porto do Açu, no norte do estado do Rio de Janeiro, enquanto a P-19 permanece ancorada no Campo de Marlim, na Bacia de Campos.

Para esse certame, a estatal permitirá que a reciclagem das estruturas seja feita em solo impermeável - e não apenas em dique seco, como ocorreu com

as plataformas P-32 e P-33.

O edital também contempla a possibilidade de acostamento da unidade pelo comprador e a realização de pré-desmantelamento. "Os novos requisitos aprimoram o processo de venda, sem abrir mão dos aspectos de segurança, meio ambiente e saúde, garantindo a destinação sustentável alinhada às melhores práticas da indústria mundial", diz a companhia por meio de nota.

O edital, disponível no site da Petrobras, permite a participação individual ou em consórcio de empresas, desde que operem em território nacional.

PORTO DE SANTOS

## Leilão de terminal de contêiners está previsto para março

GABRIELA DA CUNHA/AE

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho (Republicanos), reafirmou nesta sexta-feira que a tendência é o governo federal seguir a decisão tomada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o projeto do terminal de containers Tecon Santos 10 para que o leilão possa ocorrer em março.

"A partir da próxima semana, nós faremos uma agenda de reuniões com vários embaixadores, para poder buscar

empresas que têm interesse em participar do Tecon 10", disse ele, a jornalistas ao participar do anúncio da expansão da capacidade do terminal de contêineres da ICTSI Rio Brasil Terminal, no Rio de Janeiro.

A Corte de Contas deu aval na segunda-feira para que o certame seja realizado em duas fases, como proposto inicialmente pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). De acordo com Costa Filho, já há pelo menos dez demonstrações de interesse no certame.

**VARELLA E DAMAZIO ASSISTÊNCIA FISIOTERAPEUTICA LTDA.**  
**CNPJ 09.572.294/0001-09 – Matrícula RCPJ 229352**  
**CONVOCAÇÃO** - Ficam os sócios convocados para a Assembleia de Sócios, às 11h do dia 26.12.2025, na Av. Almirante Barroso, nº 00081, sala 2401, Centro/RJ, cuja ordem do dia é o ingresso e retirada de sócios. RJ, 15.12.2025. Sócia Adm. Luciana Damazio de Noronha Presto.



**GOVERNO DO BRASIL**  
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90046/2025**  
O Presidente da Comissão Permanente de Licitação Antônio José de Souza Castro convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº 90046/2025 no dia 27/01/2026 às 11h00min. – Objeto: aquisição de material permanente (Aparelho Iluminador Transdérmico - Localizador de veias portátil) nos termos da tabela do Termo de Referência, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Processo nº 33433.162183/2025-81. O pregão será realizado no site <https://www.comprasnet.gov.br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

**EDITAL DE CITAÇÃO**  
Com o prazo de vinte dias

O MM Juiz de Direito, Dr.(a) Leonardo de Castro Gomes - Juiz Titular do Cartório da 17ª Vara Cível da Comarca da Capital, RJ, **FAZ SABER** aos que o presente edital com o prazo de vinte dias virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo, que funciona a Av Erasmo Braga, 115 Corr C/SALA 210 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 31332375 e-mail: cap17vciv@tjrr.jus.br, tramitam os autos da Classe/Assunto Procedimento Sumário (CÁDASTRO OU CONVOLAÇÃO ATÉ 17.03.2016) - Despesas Condominiais / Condomínio em Edifício, de nº 0152608-34.2007.8.19.0001 (2007.001.148833-8), movida por CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO JENNY em face de ESPÓLIO DE SERGIO RICARDO DO AMARAL CARRILHO, objetivando Citar por edital de vinte dias. Considerando que o CNJ ainda não disponibilizou o sistema de plataforma de editais, determina que o ato se dê através de publicação, uma vez no Órgão Oficial e duas em jornal local de grande circulação com prazo máximo de 15 dias de intervalo. O termo inicial do prazo de quinze dias úteis para a resposta observará o artigo 231, IV, do CPC. Assim, pelo presente edital CITA o réu ESPÓLIO DE SERGIO RICARDO DO AMARAL CARRILHO, que se encontra em lugar incerto e desconhecido, para no prazo de quinze dias oferecer contestação ao pedido inicial, querendo, ficando ciente de que presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados ( Art. 344, CPC), caso não ofereça contestação, e de que, permanecendo revel, será nomeado curador especial (Art. 257, IV, CPC). Dado e passado nesta cidade de Rio de Janeiro, vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e quatro. Eu, Hugo dos Anjos de Oliveira Vianna - Estagiário - Matr. 120000046499, digitei. E eu, Marceli da Silva Argento - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/31466, o subscrevo.

**KEYSTONE EDUCAÇÃO S.A.**  
CNPJ/MF nº 61.170.414/0001-53 - NIRE: 33.3.0035963-0  
**Edital de Convocação. Assembleia Geral Extraordinária.** Ficam convocados os acionistas da companhia **Keystone Educação S.A.** ("Companhia"), na forma do artigo 294, III da Lei nº 6.404/76 e da Portaria ME nº 12.071/21, a participarem da Assembleia Geral Extraordinária que acontecerá no dia 23/12/2025, às 10:00h, por **videoconferência** por meio de sala virtual cujo *link* de acesso será oportunamente disponibilizado aos acionistas por e-mail, aos endereços cadastrados junto à Companhia, e terá a seguinte ordem do dia: (i) deliberar sobre um aumento do capital social da Companhia, mediante emissão de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Solicita-se aos acionistas que desejarem se fazer representar por procurador(a), que observem o disposto no parágrafo 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76, devendo ser enviados à Companhia, ao e-mail [juridico@keystoneedu.com.br](mailto:juridico@keystoneedu.com.br), os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação na assembleia geral a que se refere o presente edital, com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da data marcada para sua realização. Rio de Janeiro, 15/12/2025. **Marco André Cavalcanti de Carvalho** - Diretor Presidente.

**RJRE IV EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA**  
CNPJ/MF: 58.492.540/0001-10  
**Ata de Reunião de Sócios de 26.09.2025.** às 09 horas, na sede da Sociedade na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 228, sala 1105 (parte), Botafogo, CEP: 22.250-145. Presença dos sócios representando a totalidade do capital social da Sociedade. Foi aprovada, por unanimidade de votos, a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.850.000,00 por ser excessivo em relação ao objeto da Sociedade, nos termos do art. 1.082, II do Código Civil. Em decorrência, o capital social da Sociedade passa de R\$ 3.000.000,00 para R\$ 1.150.000,00, mediante o cancelamento de 18.500 quotas de emissão da Sociedade, com valor nominal de R\$ 100,00 cada uma. Em decorrência da redução de capital ora aprovada, na forma do art. 1.084, *caput*, do Código Civil, os sócios Jomar Monnerat de Carvalho e Raphael Correia Zanola por terem participação irrisória no capital social da Sociedade, não serão atingidos pela aludida redução do capital social, sendo a sócia RJRE PARTICIPAÇÕES LTDA a única a receber, em restituição do valor das quotas canceladas, a quantia de R\$ 1.850.000,00, em moeda corrente do País. A administração da Sociedade irá providenciar todos os atos necessários à efetivação e formalização da redução do capital social, inclusive a publicação desta ata conforme disposto no artigo 1.084, § 1º, do Código Civil. Rio de Janeiro, RJ, 26 de setembro de 2025 Jomar Monnerat de Carvalho (Sócio-Administrador e Presidente da Reunião), Raphael Correia Zanola (Sócio-Administrador e Secretário da Reunião) e Sócia: RJRE PARTICIPAÇÕES LTDA.

**Coimbra Energética S.A.**  
CNPJ/MF nº 48.035.100/0001-80 – NIRE 33.300.345.477  
**Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de novembro de 2025**  
**1. Data, Hora e Local:** No dia 28/11/2025, na sede social da Coimbra Energética S.A. ("Companhia"); **2. Convocação e Presença:** Assembleias realizadas independentemente de convocação, tendo em vista o comparecimento dos detentores da totalidade do capital social. **3. Mesa:** Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli, Presidente e Srta. Isis Paula Cerinotti Malhaes, Secretária. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a liquidação da Companhia. **5. Deliberações:** Os acionistas deliberam por unanimidade: **5.1.** Aprovar a dissolução da Companhia. **5.2.** Aprovar, para o período de liquidação, que a Diretoria seja mantida com os atuais membros e que o Conselho Fiscal não seja instalado. **5.3.** Foi aprovada a eleição do Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli, portador da cédula de identidade nº 4738468-0, SSP/PR, e CPF/MF nº 861.403.379-68, como liquidante ("Liquidante"). **5.4.** Consignar que foram entregues ao Liquidante todos os livros existentes, registros e documentos da Companhia. **5.5.** Consignar que o Liquidante está autorizado a iniciar a liquidação de imediato, devendo realizar o pagamento de todos os passivos da Companhia refletidos nas demonstrações financeiras e em sua escrituração contábil. **5.6.** Fixar o prazo para conclusão da liquidação em até 30 dias a contar desta data. **5.7.** Estabelecer que será acrescida a expressão "em liquidação" à denominação social da Companhia, passando o artigo 1º do Estatuto Social a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 1º. A Coimbra Energética S.A. – Em Liquidação (doravante apenas Coimbra ou Companhia) é uma sociedade anônima que se rege por este estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis."** **5.8.** Aprovar a consolidação do Estatuto Social. **6. Encerramento:** O Sr. Presidente declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. **7. Assinaturas:** Acionistas: Power II Fundo de Investimento em Participações (Atual denominação do Investimentos Sustentáveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia) (representada por Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.) e Santo Ivo Energética S.A. Rio de Janeiro, RJ, 28/11/2025. **Mesa: Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Presidente; Isis Paula Cerinotti Malhaes – Secretária.**

**SOUTH AMERICAN COPACABANA HOTEL LTDA**  
CNPJ: 30.148.233/0001-05  
**CONVOCAÇÃO:** Ficam convocados os sócios cotistas, nos termos do Art. 1071 – I e II – do CCB, a comparecerem à Assembleia de Sócios na sede da empresa na Rua Francisco Sá 90 – Rio de Janeiro – RJ, no dia 24/12/2025, às 15:00 h, em 1ª convocação e às 15:30 h em 2ª e última convocação, para deliberarem sobre Alteração Contratual para Cessão de Cotas e Aprovação de Lucros e Dividendos Acumulados no ano de 2025.

**ESHO - EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES S.A.**  
CNPJ/MF nº 29.435.005/0001-29 - NIRE 33.3.0029696-4  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**  
Ficam convocados os acionistas da **ESHO - Empresa de Serviços Hospitalares S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") a realizar-se no dia 19 de dezembro de 2025, às 09h00, de forma presencial, na sede social da Companhia, na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Rua Bambina, nº 98, Parte, Botafogo, CEP 22.251-050, a fim de deliberarem acerca da seguinte ordem do dia: (i) a redução do capital social da Companhia e (ii) alteração da Artigo 5º do Estatuto Social. Os acionistas deverão apresentar na sede da Companhia com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou documento societário pertinente que comprove a representação legal, conforme o caso: o comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia e o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante, quando cabível. Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2025. **ESHO - EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES S.A. - Presidente:** Rogério Reis de Castro.

**ESHO - EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES S.A.**  
CNPJ/MF nº 29.435.005/0001-29 - NIRE 33.3.0029696-4  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**  
Ficam convocados os acionistas da **ESHO - Empresa de Serviços Hospitalares S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") a realizar-se no dia 19 de dezembro de 2025, às 10h00, de forma presencial, na sede social da Companhia, na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Rua Bambina, nº 98, Parte, Botafogo, CEP 22.251-050, a fim de deliberarem acerca da seguinte ordem do dia: (i) eleição do Sr. Marcelo Ricardo de Andrade Sartori como Diretor Regional da Companhia; (ii) eleição do Sr. Ricardo Prates Periard como Diretor de Unidade da Companhia; (iii) alterar os Artigos 9º, 11 e 12 do Estatuto Social da Companhia para prever a Diretoria Regional e de Unidade e (iv) consolidar o Estatuto Social. Os acionistas deverão apresentar na sede da Companhia com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou documento societário pertinente que comprove a representação legal, conforme o caso: o comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia e o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante, quando cabível. Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2025. **ESHO - EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES S.A. - Presidente:** Rogério Reis de Castro.

**MRS LOGÍSTICA S.A.**  
CNPJ nº 01.417.222/0001-77 - NIRE nº 33.300.163.565  
Companhia Aberta - Registro CVM nº 01794-9  
**Reumo da Ata de Reunião do Conselho de Administração da MRS LOGÍSTICA S.A.** Foi realizada Reunião do Conselho de Administração MRS Logística S.A. ("Companhia") no dia 13.11.2025 às 11h00min, na sede da Companhia, localizada no Rio de Janeiro com a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, na qual foi deliberada e aprovada, por unanimidade dos votos proferidos: (1) Aprovação e Divulgação do Relatório de Informações Trimestrais ("ITR") relativo ao 3º Trimestre do Exercício Social de 2025. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata sob a forma de sumário, que, lida e aprovada, foi assinada pelos membros do Conselho de Administração e pela Secretária. Assinatura: Luis Fernando Barbosa Martinez, Presidente; Joana Bentes Meyer, Secretária; Assinatura. Carlos Hector Rezzonico, Fernando Lopes Alcântara, Luis Fernando Barbosa Martinez, Marcelo Leite Barros, Patricia Silva Rodrigues Scheel, Pedro Barros Mercadante Oliva, Raphael Marins Martins, Vitor José Melo Soares e Wendel Gomes da Silva. AVISO: O presente resumo é feito nos termos da Lei nº 6.404/76, art. 289, inciso I e não deve ser considerado isoladamente para a tomada de decisão. A integra da ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia está disponível no endereço eletrônico do jornal Diário do Acionista ([diariodoacionista.com.br](http://diariodoacionista.com.br)) e divulgada no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da Companhia (<https://ri.mrs.com.br/>). Protocolo: 2025/01153513-5 Data do protocolo: 04/12/2025. Certifico o Arquivamento em 08/12/2025 sob o número 00007348781.



AVIAÇÃO

# Anac aprova venda assistida do Aeroporto do Galeão

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) aprovou o edital da venda assistida do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão. O documento, que traz as regras para a repactuação do contrato de concessão do maior terminal aeroportuário do estado, deve ser publicado no Diário Oficial da União nesta segunda-feira.

Um dos pontos centrais da venda assistida é a realização de um processo competitivo simplificado, com lance mínimo de R\$ 932 milhões. O leilão está agendado para 30 de março de 2026, no auditório da B3, em São Paulo.

A solução, validada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), incorpora melhorias regulatórias e visa assegurar a sustentabilidade da concessão até seu prazo final, a continuidade operacional dos serviços e a preservação dos investimentos já realizados.

O ministro dos Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, destacou o crescimento de passageiros no aeroporto. “Nós saímos, em pouco menos de dois anos, de 4,8 milhões de passageiros no ano de 2023, e este ano vamos passar de 18 milhões”.



DANIEL BASIL/GOV BRASIL/WIKIPEDIA

Também está prevista a cobrança de uma contribuição variável de 20% do faturamento bruto da concessionária até 2039 e o estabelecimento da saída da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) da administração do aeroporto até março de 2026.

Em setembro, o ministro disse que o aeroporto deve passar dos atuais 18 milhões de passageiros para 30 milhões em três

anos. “Essa reestruturação fortalece o turismo, a logística e a geração de emprego e renda, reafirmando o papel do Galeão como um ativo estratégico para o Brasil”, declarou Costa Filho à época.

O aeroporto é controlado pela RIOgaleão, concessionária formada pelo grupo Changi Airports International, de Cingapura, e pelo Vinci Compass, do Brasil, que detêm, juntos, 51%

da operação. Os demais 49% pertencem à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), estatal vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos.

A concessão foi iniciada em 2014, com um lance de R\$ 19 bilhões, valor quase quatro vezes maior que o definido no edital. Na época, havia expectativa de chegar a 37,7 milhões de passageiros em 2024.

TRANSPORTES

# Detonações retomam obras da estação do metrô da Gávea

O governador Cláudio Castro anunciou a nova fase de obras da estação de metrô da Gávea. Ele e a secretária de Transporte e Mobilidade Urbana, Priscila Sakalem, acompanharam o início das detonações de um trecho de 60 metros de extensão de rocha, que vai abrir caminho até São Conrado. Pelo cronograma, esta fase seria iniciada em fevereiro de 2026, mas foi antecipada em três meses. Quando estiver operando, a estação de metrô da Gávea vai beneficiar cerca de 20 mil pessoas por dia.

“A retomada das obras do metrô da Gávea é um exemplo concreto de que a vontade de realizar supera qualquer obstáculo. O que estamos fazendo é, acima de tudo, construir futuro, garantindo que o metrô continue a ser um vetor de transformação para o Rio de Janeiro. Esse avanço só foi possível graças a um grande esforço de diálogo, responsabilidade e articulação institucional para vencer os impasses. Construímos um acordo jurídico sólido, capaz de viabilizar a retomada das obras com segurança, transparência e respeito ao dinheiro público”, afirmou o governador Cláudio Castro (foto).

A atual etapa de detonação vai escavar o corpo da estação (plataforma e mezanino) e o trecho de túnel restante, que inter-



TOMAZ SILVA/ABRASIL

sando por um decantador, até desaguar no canal do Rio Rainha. Essa ação prévia da obra física começou em 14 de agosto e foi finalizada três meses antes do previsto, em meados de novembro.

O cronograma da obra inclui a definição do projeto, marcações topográficas, perfuração, carregamento dos explosivos, e isolamento da área para as detonações. Após isso, é realizada a limpeza do local. Em seguida, são instalados tirantes e telas de fixação, de forma a garantir a estabilidade e a segurança das escavações. Por fim, aplica-se concreto projetado para estabilização e proteção. A previsão de conclusão das obras é de 39 meses, com inauguração prevista para o segundo semestre de 2028.

“A conclusão do esgotamento dos grandes poços é um marco importante. Agora, com o início das detonações das rochas, o cronograma avançará ainda mais. A retomada das obras da estação da Gávea significa um destravamento na expansão do sistema metroviário do Rio de Janeiro. Investir em metrô traz

um enorme retorno para a sociedade, melhora a qualidade de vida, impulsiona a geração de empregos e traz impactos sociais e ambientais”, afirma Guilherme Ramalho, presidente do MetrôRio.

liga as estações São Conrado e Gávea. As obras vão dar espaço a toda área da Estação de Metrô Gávea.

Cerca de 140 mil toneladas de rocha deverão ser retiradas ao longo de 12 meses por caminhões basculantes. O material será descartado em local devidamente regularizado. Em paralelo, outras frentes de trabalho vão seguir em andamento, como o preparo para a instalação da via permanente e das estruturas que compõem as saídas de emergência e rotas de fuga.

“Essa obra simboliza a retomada da expansão do sistema metroviário e o compromisso do Governo do Estado com uma mobilidade mais integrada, mo-

derna e eficiente para a população. A Estação Gávea é peça-chave na ampliação da Linha 4 e na conexão entre a Zona Sul, a Barra da Tijuca e toda a Região Metropolitana. Cada avanço aqui traz mais qualidade de vida, segurança no deslocamento, acesso a oportunidades e, sobretudo, mais respeito ao tempo do cidadão”, disse a secretária de Transporte e Mobilidade Urbana, Priscila Sakalem.

As detonações são a fase seguinte ao esvaziamento dos 60 milhões de litros de água - dos poços com cerca de 50 metros de profundidade cada - que ajudaram a manter estável a estrutura. A água foi escoada de forma controlada e segura, pas-

sando cada vez mais usuários.

Em um só dia de outubro, foram mais de 12 mil viagens, que incluem quem utiliza para ir ao trabalho, faculdade, levar o filho à escola, fazer compras ou simplesmente aproveitar os pontos turísticos do entorno – como a Cidade do Samba e as atrações do Porto Maravilha.

OPERAÇÃO

# Polícia prende 12 integrantes do 'núcleo operacional' do CV

RAYANDERSON GUERRA/AE

A Polícia Civil do Rio prendeu nesta sexta-feira 12 integrantes do "núcleo operacional" do Comando Vermelho na zona norte da capital fluminense. Os agentes cumpriram 36 mandados de prisão de bandidos que atuam na comunidade Az de Ouro, em Anchieta, na operação "Triunfo Final".

A operação foi coordenada por equipes da Delegacia de Roubos e Furtos (DRF) e da 14ª DP (Leblon). De acordo com as investigações, "o grupo utilizava armamentos pesados para intimidar moradores da comunidade, além de coordenar ataques criminosos e manter o domínio territorial, impondo suas práticas ilícitas".

De acordo com o governo do Rio, além dos mandados de prisão, a operação também cumpriu 72 mandados de busca e apreensão. As equipes da polícia também atuaram na Baixada Fluminense, nas cidades de Nilópolis e Mesquita. Entre os investigados estão líderes operacionais, gerentes do tráfico, distribuidores de armas e responsáveis pela arrecadação e movimen-

tação financeira

"Nossas forças de segurança seguem atuando com rigor e firmeza para enfrentar o terrorismo praticado por esses criminosos. O estado não abre mão de nenhum território e permanece presente, garantindo a ordem e protegendo a população. Nosso compromisso é assegurar que cada cidadão viva com tranquilidade e segurança", disse o governador Cláudio Castro (PL).

A Polícia Civil diz que a investigação mapeou toda a estrutura criminosa que controlava a área e identificou os integrantes da quadrilha e suas funções específicas "dentro da máquina do crime". "Ao longo das apurações, as equipes comprovaram que o núcleo financeiro da quadrilha realizava diversas transferências e movimentações financeiras destinadas a sustentar o tráfico local, abastecer o arsenal de guerra e financiar as atividades ilícitas", diz a Polícia Civil.

De acordo com a Polícia Civil, a operação recebeu o nome Trunfo Final "em referência ao ás de ouros, carta que simboliza o poder, a supremacia e o domínio, em alusão à forma como a facção se enxergava dentro da comunidade".

CULTURA

# Museu do Amanhã comemora dez anos de atividades

Marco no processo de revitalização do Centro do Rio, o Museu do Amanhã, na Praça Mauá, completa dez anos neste mês com mais de 8 milhões de visitantes na década, tornando-se referência na América Latina. Na noite de quinta-feira, uma cerimônia celebrou o equipamento público da Prefeitura do Rio que é referência em cultura, sustentabilidade e reflexões sobre o futuro do planeta. O evento também inaugurou o projeto de renovação da exposição principal do museu, “Do Cosmos a Nós”.

A primeira etapa desta atualização foi aberta ao público nesta sexta-feira, substituindo o espaço anteriormente conhecido como “Antropoceno” pela nova sala intitulada “Onde Estamos?”. E, na próxima quarta-feira, dia do aniversário, o museu celebrará a data com entrada gratuita.

Há dez anos a paisagem da Zona Portuária carioca mudou completamente com o projeto do museu concebido pelo arquiteto espanhol Santiago Calatrava. A imensa estrutura de vigas de aço e concreto de 30 mil metros quadrados salta à superfície da praça, lembrando um esqueleto. O arquiteto diz que inspirou-se em bromélias.

Hoje, não é possível imaginar o Rio sem o museu com seus jardins, espelhos d’água, ciclovia e espaço de lazer. Além da intensa agenda cultural, o Museu do Amanhã consolidou a sua vocação como um espaço onde as discussões mais relevantes da atualidade acontecem, recebendo autoridades e personalidades de renome mundial em eventos como os do G20 e o Prêmio Earthshot Prize, concedido pelo príncipe

William, do Reino Unido. A partir desta sexta-feira, o visitante poderá conhecer a nova área revitalizada que apresenta um novo vídeo instalação, assinado pelo diretor Estevão Ciavatta Pantoja, oferecendo uma experiência imersiva sobre o tempo presente. No espaço das Cavernas, a equipe curatorial — for-

mada por Fabio Scarano, Liana Brazil e Luiz Alberto Oliveira — introduziu novos conteúdos, apresentados em uma solução estética desenvolvida pelo escritório de design Celso Longo + Daniel Trench.

O novo espaço mantém coerência com os demais da exposição principal, garantindo uma jornada fluida ao visitante. Com altas expectativas quanto à recepção do público, o Museu do Amanhã planeja lançar em breve uma pesquisa para compreender a experiência única de cada pessoa no espaço renovado. A atualização da exposição “Do Cosmos a Nós” é um processo contínuo, com previsão de que as outras salas sejam também renovadas ao longo dos próximos dois anos a partir de aportes que o museu receberá da Prefeitura.

Além da mudança em sua exposição principal, o mês de dezembro para o Museu do Amanhã é o momento de celebrar seus dez anos e de estreitar a exposição autoral “Oceano – o Mundo É um Arquipélago”. A abertura da mostra será no dia 17, com entrada gratuita para todos os visitantes, sob o oferecimento da Shell, Vale e Motiva, empresas parceiras que são mantenedoras da instituição.

PORTO MARAVILHA

A construção do Museu do Amanhã, inaugurado em 2015 e projetado por Santiago Calatrava, tornou-se um marco da revitalização do Porto Maravilha. Com arquitetura icônica e proposta museológica voltada para ciência, sustentabilidade e futuros possíveis, o museu atraiu grande fluxo de visitantes e reposicionou a região como polo cultural e turístico.

Sua implantação impulsionou a requalificação urbana do entorno, incluindo a abertura da paisagem após a demolição do Elevado da Perimetral, melhorias na infraestrutura, aumento da circulação de pessoas e atração de novos empreendimentos. A Praça Mauá transformou-se em um espaço de convivência e eventos, fortalecendo a vida cultural e econômica local.

MOBILIDADE URBANA

# Teleférico da Providência acaba de completar 2 milhões de viagens

O Teleférico da Providência vai fechar o ano de 2025 com mais de 2 milhões de viagens realizadas. O transporte, que é gratuito para moradores e também para turistas que visitam o morro para conferir a vista do Rio de Janeiro, atingiu essa marca no início do mês, quando chegou a 2.004.794 viagens.

“O teleférico superou as nossas expectativas. Com o funcionamento pleno e horário extenso, tornou-se um aliado importante do morador na correria do dia a dia, oferecendo mais conforto, segurança e qualidade de vida. Um serviço totalmente gratuito”, comemorou o secretário municipal

de Desenvolvimento Econômico, Osmar Lima.

O teleférico foi inaugurado em 2014, funcionou por apenas dois anos, ficou fechado por sete e reabriu de forma parcial em 2024. Em fevereiro deste ano, passou a operar em horário pleno. Desde então, caiu no gosto da comunidade e passou a rece-

**BRASÍLIA**

# Moraes vota para tornar réus acusados de atentado a bomba

FELIPE PONTES/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou nesta sexta-feira para que se tornem réus os três homens denunciados pelo fracassado atentado à bomba próximo ao Aeroporto Internacional de Brasília, em 24 de dezembro de 2022.

George Washington de Oliveira Souza, Alan Diego dos Santos Rodrigues e Wellington Macedo de Souza foram denunciados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) pelos crimes de associação criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de estado e atentado contra a segurança de transporte aéreo.

Na avaliação do procurador-geral da República, Paulo Gonet, o atentado fez parte de um plano maior para dar um golpe de estado, pelo qual centenas de pessoas já foram condenadas, incluindo o ex-presidente Jair Bolsonaro, considerado culpado por liderar o complô.

O trio, contudo, já foi condenado pela Justiça do Distrito Federal por outros crimes relacionados ao episódio da bomba no aeroporto, como explosão, incêndio criminoso, posse de arma de fogo sem autorização e confecção de artefato explosivo.

Os três encontram-se em prisão preventiva, por força de decisão de Alexandre de Moraes, para proteção da ordem pública diante da gravidade dos atos investigados.

“Os meios elegidos foram suficientes para caracterizar grave ameaça, por anunciar catástro-

fe coletiva com recado persuasivo. Firmada essas premissas, há necessidade de acautelar a ordem pública”, justificou ao decretar a prisão.

O julgamento sobre o recebimento ou não da nova denúncia contra os três acusados ocorre em sessão virtual da Primeira Turma do Supremo. Os demais ministros do colegiado - Flávio Dino, Cármen Lúcia e Cristiano Zanin - têm até 19 de dezembro para votar.

**O ATENTADO**

Segundo a investigação policial, George Washington veio do Pará para Brasília, onde se juntou às manifestações de apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro. No acampamento de bolsonaristas montado em frente ao Quartel-General do Exército, em Brasília, o empresário se juntou a Alan Diego dos Santos Rodrigues e Wellington Macedo de Souza, com quem planejou o atentado a bomba, de acordo com o relatório da Polícia Civil do DF sobre o caso.

Ainda segundo as investigações, os três pretendiam causar um episódio de grande comoção social. A ideia seria precipitar uma intervenção militar no país. De início, pensaram em explodir alguma instalação elétrica, mas de última hora resolveram instalar o explosivo junto a um caminhão de querosene estacionado perto do aeroporto, diz o relato policial.

George Washington foi condenado como sendo o responsável pela fabricação da bomba, cuja explosão falhou. Ele foi preso ainda no dia do atentado.

**LEGISLAÇÃO**

# PL da Dosimetria beneficia criminosos comuns, dizem

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

O projeto de lei (PL) da Dosimetria reduz o tempo de progressão de pena para alguns criminosos comuns, afirmam especialistas em direito consultados pela Agência Brasil. O texto foi aprovado na Câmara dos Deputados para beneficiar os condenados envolvidos na tentativa de golpe de estado que culminou no 8 de janeiro de 2023, incluindo o ex-presidente Jair Bolsonaro.

O professor de direito da PUC do Rio Grande do Sul (RS) Rodrigo Azevedo destaca que a mudança reduz “sensivelmente” os percentuais de cumprimento de pena para a progressão em comparação ao modelo vigente desde 2019, especialmente os crimes comuns não violentos.

“Na prática, ela beneficia sim criminosos comuns, pois padroniza o marco básico de progressão em um sexto da pena, reservando percentuais mais altos apenas para crimes violentos e hediondos. Isso representa um afrouxamento relevante em relação ao sistema atual, que exige 20% para primários e 30% para reincidentes, mesmo em crimes sem violência”, disse o especialista.

O professor de direito da PUC do Rio, o advogado e criminalista João Vicente Tinoco, também afirmou que a mudança deve beneficiar condenados por alguns tipos de crimes. “Quando veio a legislação em 2019, do pacote anticrime, a situação dos presos se agravou. O que o PL da Dosimetria faz agora é dar um passo atrás. Ele não volta totalmente [ao texto antes de 2019], mas dá um passo atrás em relação a algumas das hipóteses”, disse.

Segundo o relator, deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP), o projeto foi construído com o apoio de juristas para evitar que criminosos comuns sejam beneficiados.

“Não há nenhuma possibilidade de este texto beneficiar crime comum. Ele trata apenas do 8 de Janeiro. Os principais juristas deste país, os mais renomados, bateram o martelo: este texto não trata de crime comum”, disse durante a sessão que aprovou a matéria na Câmara.

O professor de direito Rodrigo Azevedo, que também é membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, afirma que o argumento do relator não se sustenta. “A Lei de Execução Penal é uma lei geral, que disciplina a forma de cumprimento de penas para todas as pessoas condenadas no país. Não existe, no sistema constitucional brasileiro, a figura de uma lei de execução penal aplicável apenas a um grupo específico de condenados”, afirma o especialista.

Azevedo acrescentou que hoje um condenado por roubo só progride após cumprir 40% da pena, mas que “com o texto aprovado, se for primário, poderá progredir após 25%, mostrando que a mudança afeta diretamente crimes comuns e não apenas os casos do 8 de janeiro”.

O texto do PL 2.162 permite que o preso passe do regime fechado para o semiaberto, ou do semiaberto para o aberto, quando cumprir um sexto da pena, o que representa 16% do total do tempo da condenação. Atualmente, a progressão após 16% da pena é apenas para réus primários em crimes sem violência, podendo chegar a 70% da pena se for reincidente em crime hediondo.

**DECISÃO**

# STF: perda do mandato de Zambelli é unanimidade

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

Por unanimidade, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu manter a decisão do ministro Alexandre de Moraes que anulou a votação da Câmara dos Deputados que rejeitou a cassação e manteve o mandato da deputada Carla Zambelli (PL-SP).

A liminar foi proferida na quinta-feira e referendada nesta sexta-feira pelo colegiado. A votação começou às 11h e foi finalizada por volta das 16h, com o último voto, que foi dado pela ministra Cármen Lúcia.

O placar final foi de 4 votos a 0. Também votaram pela manutenção da decisão os ministros Flávio Dino, Cristiano Zanin e Moraes, relator do caso.

Com a decisão final do STF sobre a questão, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), deverá dar posse ao suplente de Zambelli, Adilson Barroso (PL-SP), no prazo de 48 horas.

Na última quarta-feira, a Câmara decidiu manter o mandato da deputada. O placar da votação foi de 227 votos a favor e 110 contra. Eram necessários 257 votos para aprovação da cassação. Diante da deliberação que manteve o mandato da parlamentar, Alexandre de Moraes decidiu anular a resolução da Casa que oficializou o resultado da votação.

O ministro disse que a decisão é inconstitucional. No en-



LULA MARQUES/ABRASIL

tendimento de Moraes, a Constituição definiu que cabe ao Poder Judiciário determinar a perda do mandato de parlamentar condenado por decisão transitada em julgado, cabendo à Câmara somente “declarar a perda do mandato”.

Em julho deste ano, Zambelli foi presa em Roma, na Itália, onde tentava escapar do cumprimento de um mandato de prisão emitido pelo ministro Alexandre de Moraes.

Por ter dupla cidadania, a deputada deixou o Brasil em busca de asilo político em terras italianas após ser condenada pelo STF a dez anos de prisão pela in-

vasão ao sistema eletrônico do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2023.

De acordo com as investigações, Zambelli foi a autora intelectual da invasão para emissão de um mandato falso de prisão contra Alexandre de Moraes. Segundo as investigações, o hackeamento foi executado por Walter Delgatti, que também foi condenado e confirmou ter realizado o trabalho a mando da parlamentar.

Em agosto, a parlamentar foi mais uma vez condenada pelo Supremo, por porte ilegal de arma de fogo e constrangimento ilegal com emprego de arma de

fogo. O caso está relacionado ao episódio em que ela perseguiu um homem de arma em punho pelas ruas de São Paulo, pouco antes do segundo turno das eleições de 2022.

Após a fuga para a Itália, o governo brasileiro solicitou a extradição da parlamentar para o Brasil. O pedido de extradição foi oficializado no dia 11 de junho pelo STF. Em seguida, a solicitação foi enviada pelo Itamaraty ao governo italiano. A decisão final sobre o processo de extradição será tomada durante uma audiência que será realizada pela Justiça italiana na próxima quinta-feira.

# Buscas da PF na Câmara têm como alvo ex-assessora de Lira

FELIPE PONTES/ABRASIL

A ex-assessora do deputado Arthur Lira (PP-AL) Mariângela Fialek foi o alvo do cumprimento de mandados de busca e apreensão na Câmara dos Deputados pela Polícia Federal (PF), nesta sexta-feira. Conhecida como Tuca, ela trabalhou para o deputado quando ele presidia a Casa.

As diligências foram autorizadas pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF). As investigações apontam a ex-assessora como responsável por enviar ordens para comissões determinando a liberação de emendas parlamentares do chamado “orçamento secreto”, como ficou conhecida a destinação de verbas públicas sem identificação do político que fez a indicação ou dos beneficiários finais.

As investigações tiveram como ponto de partida o depoimento de seis deputados e de uma servidora. Segundo os relatos, Tuca encaminhava a comissões ofícios da Presidência da Câmara orde-

nando a liberação de emendas em especial para Alagoas, estado do parlamentar.

A ex-assessora de Lira, que hoje possui um cargo no gabinete da presidência do PP na Câmara, já havia tido o sigilo telemático quebrado, mas a PF apontou a necessidade de realizar buscas após constatar a ausência de mensagens salvas em aparelhos ou nuvens de dados, embora tenha encontrado indícios da prática de crimes.

Ao autorizar as buscas, Dino justificou a medida “ante a concreta possibilidade de que a representada tenha adotado condutas voltadas a impedir a realização de backup de seus dados mais sensíveis em ambiente de nuvem, mantendo acervo em meios físicos (papéis, máquinas, etc)”. O ministro frisou que os indícios apontam para “uma atuação contínua, sistemática e estruturada” na organização do orçamento secreto.

Nesse contexto, o ministro afirmou que as buscas em gabinete

da Câmara se justificam “pelo fato de manter maior potencial probatório, considerando que as ações sob suspeita seriam empreendidas justamente no contexto da rotina de desempenho funcional da investigada na Casa Legislativa”.

Dino é relator também de uma ação em que o Supremo vedou as práticas do orçamento secreto, obrigando que a Câmara adotasse critérios mínimos de transparência e rastreabilidade do dinheiro público até o destinatário final.

Atualmente, tramitam no Supremo variadas investigações sobre desvios de recursos de emendas parlamentares oriundas do orçamento secreto.

A participação de Tuca na organização e imposição do orçamento secreto foi relatada à PF por seis parlamentares. São eles os deputados Glauber Braga (Psol-RJ), José Rocha (União-BA), Adriana Ventura (Novo-SP), Fernando Marangoni (União-SP), Dr. Francisco (PT-PI) e do senador Cleitinho (Re-

publicanos-MG).

As falas reforçam a suspeita de que havia “redirecionamento forçado” de recursos de emendas por Lira, sublinhou o ministro Flávio Dino.

Em relatório parcial, a PF destacou como desde 2020 Tuca ocupou diversos cargos estratégicos em empresas públicas e no Legislativo, sempre por indicação de Lira, que a permitissem manipular o direcionamento de emendas. Após encontrarem uma anotação à mão que coincide com o direcionamento de emendas, os investigadores destacaram “o in-comum desapego à formalidade” na formulação do Orçamento da União.

“Uma anotação à mão, realizada de maneira rudimentar, foi responsável pela realocação de recursos de um Município para outro. Lamentavelmente, não há como não comparar a maneira de controlar e organizar o orçamento secreto coordenado por TUCA a uma ‘conta de padaria’”, escreveram os investigadores.

**RANKING**

# Brasil fica entre os dez países mais violentos do mundo

GEOVANNA HORA/AE

O Brasil está entre os dez países mais violentos do mundo, de acordo com o Índice de Conflito da instituição Armed Conflict Location & Event Data (Acled), divulgado na quinta-feira.

A Acled é uma organização sem fins lucrativos e independente que monitora, avalia e mapeia dados sobre conflitos e protestos. Ela recebe apoio financeiro do Fundo de Análise de Riscos Complexos da Organização das Nações Unidas (ONU).

O ranking analisa a intensidade dos conflitos em todos os países do mundo com base em quatro indicadores: letalidade, perigo para civis, difusão geográfica e número de grupos armados.

A lista inclui, além do Brasil, a Palestina, Mianmar, Síria, México, Nigéria, Equador, Haiti, Sudão e Paquistão. O levantamento lista as 50 nações com os níveis de violência mais severos e classifica a situação como extrema, de alta intensidade ou turbulenta. Os dados foram colhidos entre 1º de dezembro de

2024 e 28 de novembro de 2025.

O Brasil aparece na sétima posição, com um conflito classificado como extremo - atrás até da Ucrânia, que enfrenta uma guerra contra a Rússia desde 2022. Segundo o índice, nos últimos 12 meses, o Brasil registrou 9.903 eventos de violência política - expressão usada pela Acled para definir o uso da força por um grupo com propósito ou motivação política, social, territorial ou ideológica, incluindo violência contra civis e força excessiva contra manifestantes,

por exemplo.

Apesar do resultado negativo, o País caiu uma posição em relação ao levantamento do ano passado. A instituição aponta que a violência de gangues foi um dos fatores que alimentou os conflitos no Brasil.

O mesmo motivo se repete no Haiti, no México e, principalmente, no Equador, que subiu 36 posições em apenas um ano, com mais de 50 grupos armados envolvidos ativamente em atos de violência no período, incluindo quase 40 gangues.

REELEIÇÃO

# Pesquisa entre deputados mostra Lula como favorito

GEOVANI BUCCI

A percepção entre deputados federais de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) será reeleito em 2026 avançou de forma relevante, segundo pesquisa Genial/Quaest divulgada nesta sexta-feira. Em dezembro, 43% dos parlamentares acreditam que o petista é o favorito, ante 35% no levantamento anterior feito em junho. No sentido oposto, a fatia que avalia que Lula não será reeleito recuou de 50% para 42%, indicando uma divisão na Câmara dos Deputados.

O índice favorável ocorre depois do tarifaço do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, contra produtos brasileiros e a melhora da imagem de Lula nas pesquisas. Sobre o tema, 49% dos membros da Casa acreditam que o presidente tem respondido bem às tarifas.

No entanto, a maioria dos deputados federais ligados ao centro político segue apostando na possibilidade de vitória da oposição sem a presença do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no pleito.

Para 58% dos parlamentares, o apoio de Bolsonaro ainda ajuda a oposição, mas há espaço para alternativas: 55% dos parlamentares independentes e 57% dos deputados de centro afirmam que a direita pode vencer as eleições presidenciais de



JOSE CRUZ/ABRASIL

2026 mesmo sem o capitão reformado apoiando o candidato anti-PT.

A avaliação da relação da Casa com o Palácio do Planalto segue ruim em sua maioria. Para 50% dos deputados federais, a relação com o governo Lula é negativa. Para 31% é regular e 19% é positiva. Esses números não sofreram grande alteração. Ainda assim, houve melhora na percepção geral da gestão: a avaliação positiva do governo na Câmara saltou de 27% a 38%, sinalizando um leve alívio para o Executivo em meio às tensões políticas.

No recorte ministerial, o vice-

presidente e ministro da Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, aparece como o titular melhor avaliado pelos deputados com 59% de visão positiva, enquanto o chefe da Casa Civil, Rui Costa, ocupa a última posição no ranking de avaliação com 43% de índice negativo.

Depois de Alckmin, aparecem o ministro da Saúde, Alexandre Padilha (que melhorou e foi a 52% de avaliação positiva); o ministro da Comunicação, Sidônio Palmeira (42% de avaliação positiva, ante 27% de negativa); a ministra do Planejamento, Simone Tebet (45% ante 33%); e a ministra da Secretaria de Rela-

ções Institucionais Gleisi Hoffmann (41% a 39%).

Já o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o de Minas e Energia, Alexandre Silveira, possuem a percepção desfavorável maior que a favorável (42% de negativa a 39% de positiva, e 29% a 26%, respectivamente).

A pesquisa também mediu a percepção do Congresso sobre o Judiciário. O Supremo Tribunal Federal (STF) é avaliado negativamente por 49% dos deputados, enquanto 36% têm avaliação positiva da Corte, delineando um ambiente ainda majoritariamente crítico em relação ao STF dentro da Câmara.

Todavia, a imagem positiva do presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), despencou de 68% para 55%, ao passo que a percepção regular foi de 25% para 30% e a negativa foi de 6% para 12%. A queda foi puxada principalmente pelos deputados da base do governo federal, cuja avaliação positiva foi de 77% para 44%. Recentemente, Motta privilegiou a oposição na relatoria de pautas como o projeto de lei (PL) da anistia e a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Segurança.

A pesquisa foi realizada entre 29 de outubro e 11 de dezembro, com 167 deputados federais em exercício. A margem de erro estimada é de sete pontos percentuais para mais ou para menos.

PARALISAÇÃO

# Petroleiros mantêm início da greve nacional para o dia 15

GABRIELA DA CUNHA/AE

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) e seus sindicatos reafirmaram nesta sexta-feira que está mantida a deflagração de uma greve nacional a partir da zero hora desta segunda-feira. A Petrobras disse que segue aberta à negociação.

A decisão foi tomada na última quarta-feira, após a apresentação, pela companhia, de uma segunda contraproposta para o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), considerada insuficiente

pelas entidades que representam a categoria. O comunicado de greve foi enviado à empresa nesta sexta.

A Petrobras diz que respeita o direito de manifestação dos empregados e, em caso de necessidade, adotará medidas de contingência para a continuidade de suas atividades.

A FUP diz que o ACT não avança nos três pontos centrais discutidos desde o início das negociações e, por isso, os sindicatos notificarão a empresa sobre a paralisação. A agenda de rei-

vindicações inclui os Planos de Equacionamento de Déficit (PEDs) da Petros, o fundo de pensão dos funcionários da Petrobras.

A FUP e seus sindicatos afirmam que, além de não apresentar respostas conclusivas sobre o tema, debatido há quase três anos com o governo e entidades de participantes, a Petrobras não trouxe soluções consistentes para outras pendências acumuladas durante o processo de negociação.

A proposta de aprimoramen-

to do plano de cargos e salários e garantias de recomposição sem aplicação de mecanismos de ajuste fiscal e o fortalecimento da Petrobras são os outros dois pontos que motivam a paralisação.

Desde a quinta-feira, um acampamento foi montado em frente ao prédio da Petrobras no Rio de Janeiro. A estatal diz manter um "canal de diálogo permanente com as entidades sindicais, independentemente de agendas externas ou manifestações públicas promovidas".

PORTARIA

# Governo edita regras para remover servidores em casos de violência

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e o Ministério das Mulheres publicaram nesta sexta-feira portaria conjunta que dispõe sobre o direito de remoção, redistribuição e movimentação de servidores públicos federais em situação de violência doméstica e familiar.

As regras se aplicam a mulheres, independentemente da orientação sexual, e também a homens que estejam em relação homoafetiva, lotados em órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Em nota, o MGI informou que a portaria prevê o direito à remoção (deslocamento no âmbito do mesmo órgão, com ou sem mudança de sede) quando constatada a existência de risco à vida ou à integridade física ou psicológica da pessoa em situação de violência.

O risco, segundo o ministé-

rio, pode ser demonstrado por meio do deferimento de medida protetiva, emitida judicialmente ou pela polícia, de afastamento da pessoa agressora do lar, domicílio ou lugar de convivência.

Também é possível comprovar risco por meio de outras medidas protetivas judiciais, como a suspensão ou restrição do porte de armas e a proibição de aproximação ou contato com a pessoa ofendida ou outras provas admitidas em direito, como auto de prisão em flagrante por violência doméstica e familiar.

Na ausência de deferimento de medidas protetivas e de outras provas que comprovem a existência de risco à vida ou à integridade física ou psicológica, a remoção poderá ser concedida mediante avaliação caso a caso.

De acordo com o ministério, chamadas para os números 100, 180, 190, 193 e 197, boletins de ocorrência, pedido de medida protetiva de urgência e exames de corpo de delito podem ser considerados registros que

comprovem a violência.

“Essas medidas acauteladoras também podem ser desencadeadas pelos órgãos, justificadamente, a pedido das pessoas em situação de violência doméstica e familiar”, completou o comunicado.

Segundo o ministério, a remoção do servidor para outra localidade pode ocorrer independentemente do interesse da administração, por motivo de saúde, quando atestada por junta médica oficial a efetiva lesão à integridade física ou psicológica, mediante quaisquer meios admitidos em direito para comprovar a violência.

“Na impossibilidade de conceder a remoção, a administração poderá determinar outras formas de movimentação previstas na legislação ou realizar outras medidas, como redistribuir o cargo ocupado para outro órgão ou entidade”, afirma o órgão.

O ministério reforçou que as movimentações de que tratam a portaria não resultarão em per-

da de direitos e vantagens permanentes e serão efetuadas por prazo indeterminado.

“Além disso, a portaria assegura a remoção para outra sede, a qualquer tempo, mediante novo pedido, se a violência doméstica e familiar permanecer na nova localidade. Garante ainda a alternativa de retorno para lotações anteriores caso a situação de violência seja interrompida.”

A portaria define que servidores em situação de violência poderão indicar possibilidades de localidades de destino, que serão consideradas na decisão da autoridade competente, observando o interesse público e a disponibilidade nas localidades sugeridas.

Os processos administrativos relativos a essas movimentações deverão ser tratados em caráter sigiloso e com absoluta prioridade pelas unidades de gestão de pessoas e autoridades competentes, “estabelecendo prazos céleres para deliberação das solicitações”.

FERRAMENTA

# Sistema que permite autoexclusão em sites de apostas é lançado

AGÊNCIA BRASIL

O governo federal lançou a Plataforma Centralizada de Autoexclusão, ferramenta que permite ao cidadão bloquear simultaneamente todas as contas em sites de apostas autorizados pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda (SPA/MF). O cadastro pode ser feito pelo endereço eletrônico gov.br/autoexclusaoapostas, utilizando conta gov.br de nível prata ou ouro.

Até então, cada site de apostas oferecia sua própria opção de autoexclusão. Com o novo sistema, o bloqueio passa a ser unificado. Ao solicitar a autoexclusão, o usuário tem todas as contas ativas bloqueadas, fica impedido de abrir novos cadastros e deixa de receber publicidade direcionada de plataformas de apostas. A funcionalidade individual nos sites segue disponível.

Além do bloqueio, a plataforma reúne informações sobre saúde mental e orientações de atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo o governo, a autoexclusão é reconhecida pela comunidade científica como estratégia eficaz de redução de danos associados às apostas.

Para realizar o procedimento, o usuário deve escolher por quanto tempo deseja permanecer afastado — entre 1 e 12 meses — ou optar por período indeterminado. No caso da autoexclusão sem prazo, há até um mês para cancelar a decisão. Também é ne-

cessário apontar o motivo da solicitação (decisão voluntária, dificuldades financeiras, recomendação de profissional de saúde, perda de controle sobre o jogo, saúde mental).

É necessário aceitar os termos de uso, verificar se os dados pessoais estão corretos e, em seguida, o usuário recebe um registro de confirmação da autoexclusão. Após a confirmação, as operadoras autorizadas têm até 72 horas para efetivar o bloqueio.

A ferramenta também pode ser utilizada por pessoas que nunca apostaram. Nesses casos, é possível indicar que o objetivo é evitar o uso indevido de dados pessoais por plataformas de apostas.

O secretário de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, Regis Dudena, destacou que o sistema reúne outras funcionalidades.

“Será uma plataforma de múltiplas atividades, e não apenas de autoexclusão. Todo cidadão que quiser informações sobre o tema, que quiser fazer o Autoteste de Saúde Mental, poderá acessar o sistema e nele entender as especificidades e os riscos desse setor”, afirmou.

A plataforma integra as ações do Grupo de Trabalho Interministerial sobre Saúde Mental e Prevenção de Danos do Jogo Problemático, que reúne os ministérios da Fazenda, Saúde, Esporte e a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. O sistema foi desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).

SEGURANÇA

# Celular Seguro passa a bloquear aparelhos sem o app instalado

OUSSAMA EL GHAOURI/ABRASIL

A partir de agora, quem for vítima de furto ou roubo de celular ou quem perdeu o aparelho pode registrar a ocorrência pelo aplicativo Celular Seguro usando outro aparelho telefônico, tablet ou computador. E não é mais necessário informar o IMEI do celular, uma espécie de CPF do aparelho, nem ter registro prévio no aplicativo.

A informação foi divulgada na quinta-feira pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública. Basta baixar o app e entrar no Celular Seguro por meio de outro dispositivo, fazer o registro em até 15 dias,

indicando a data e o horário do ocorrido, bem como a linha telefônica utilizada no celular.

Segundo o Ministério da Justiça, com isso, é possível bloquear a linha telefônica, os aplicativos financeiros, o IMEI do aparelho ou, ainda, cadastrar no modo recuperação.

Lançado em dezembro de 2023, o Celular Seguro tem hoje 3,6 milhões de pessoas cadastradas, de acordo com o governo.

O objetivo é que o usuário, a partir do aplicativo, emita um único alerta para agilizar o bloqueio de aparelhos, reduzindo prejuízos financeiros por golpes digitais, além de facilitar a recuperação de celulares pelas polícias estaduais.

Nota

## ANVISA PROÍBE COMERCIALIZAÇÃO DE PERFUME E MAQUIAGEM CAPILAR

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) proibiu a comercialização de dois cosméticos no Brasil. A decisão foi tomada por falta de registro. Os produtos proibidos são a Deo Colônia Amantikir, da empresa Aon Indústria de Cosméticos Naturais Ltda., e a Maquiagem Capilar Mavi Pang Hair Shadow, de origem desconhecida. A Anvisa foi notificada da venda desses materiais, mas o registro como cosméticos é obrigatório por serem de alto risco. A medida proíbe a distribuição, produção, divulgação, comercialização e o uso dos itens.

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

# Ação em terra na Venezuela começará em breve, afima Trump

AE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou que o governo norte-americano intensificará os ataques contra narcotraficantes na Venezuela, revelando que ações terrestres no país ocorrerão "muito em breve", durante um evento no Salão Oval da Casa Branca. Ao ser questionado por repórteres na Casa Branca sobre a apreensão de um navio petroleiro perto da costa da Venezuela, Trump justificou a operação e acusou Caracas de ter enviado criminosos intencionalmente aos EUA como imigrantes.

"(A ação contra a Venezuela) é sobre muitas coisas, eles nos trataram de forma ruim, e agora nós não estamos tratando eles tão bem", disse Trump, que afirmou ter diminuído em 92% a entrada de drogas pelo mar nos EUA desde que o país começou a abater embarcações no Caribe e no Pacífico. "E nós vamos começar [a agir] por terra também. Vai começar por terra muito em breve", acrescentou o presidente norte-americano.

Na última quarta-feira, os Estados Unidos apreenderam um grande navio petroleiro na costa da Venezuela, em meio ao aumento das tensões entre Washington e Caracas. "Acabamos de apreender um petroleiro na costa da Venezuela, um grande petroleiro, muito grande - o maior já apreendido, na verdade", disse Trump a jornalistas.

Trump não deu detalhes adicionais sobre a operação, mas dois oficiais das forças armadas do país disseram, sob condição de anonimato, que a apreensão ocorreu após um "planejamento deliberado" e que não houve resistência da tripulação ou vítimas durante a operação.

Washington enviou em agosto uma flotilha de navios e aviões de combate ao Caribe com o argumento de lutar contra o narcotráfico. Caracas, no entanto, considera que essa mobilização busca, na realidade, derrubar o presidente Nicolás Maduro e se apropriar das reservas de petróleo do país. Trump conversou recentemente por telefone com Maduro, sobre um possível encontro.

O governo norte-americano desenvolveu uma série de opções de ação militar no país, que vão desde atacar Maduro até assumir o controle dos campos de petróleo da Venezuela. Trump expressou repe-

tidamente reservas sobre uma operação para derrubar Maduro, segundo assessores, em parte por medo de que ela possa fracassar.

Contudo, desde setembro, os Estados Unidos têm atacado embarcações na região que, segundo o governo Trump, traficam drogas. As forças armadas lançaram 22 ataques conhecidos, matando mais de 80 pessoas.

Trump também ordenou um aumento das forças norte-americanas na região, com mais de 15 mil soldados e uma dúzia de navios no Caribe. O presidente autorizou ações secretas contra a Venezuela e já havia alertado que os Estados Unidos poderiam "muito em breve" expandir seus ataques de barcos na costa venezuelana para alvos dentro do país. Mas até então o destacamento militar não havia afetado a atividade de navios petroleiros.

## ÁSIA

O presidente Donald Trump afirmou nesta sexta-feira que teve uma conversa "muito boa" com o primeiro-ministro da Tailândia, Anutin Charnvirakul, e do Camboja, Hun Manet, sobre um cessar-fogo entre os países.

De acordo com Trump, ambos concordaram em cessar todos os disparos a partir da noite desta sexta-feira e voltar ao acordo de paz original feito com o auxílio dos EUA e da Malásia.

"A bomba à beira da estrada que originalmente matou e feriu vários soldados tailandeses foi um acidente, mas a Tailândia, no entanto, retaliou muito fortemente. Ambos os países estão prontos para a paz e para o comércio contínuo com os Estados Unidos da América. É uma honra trabalhar com Anutin e Hun na resolução do que poderia ter evoluído para uma grande guerra", escreveu o republicano.

O parlamento da Tailândia foi dissolvido nesta sexta para uma nova eleição no início do próximo ano, após o país se envolver em combates mortais com o Camboja. A eleição deve ser realizada de 45 a 60 dias depois da aprovação real, período durante o qual Anutin liderará um governo interino com poderes limitados, que não pode aprovar um novo orçamento.

A medida ocorre em um momento político complicada, devido à disputa de fronteira de longa data com o Camboja.

## ELEIÇÕES

# Chile vai às urnas em meio a forte divisão e avanço da direita

AE

Chilenos vão às urnas neste domingo divididos em um segundo turno das eleições presidenciais marcado pela guinada à direita. Para muitos eleitores, o país "desceu ao desastre" com a chegada de gangues estrangeiras, o caos dos protestos e a estagnação econômica. São eleitores que apostam no ultradireitista José Antonio Kast, visto como capaz de restaurar "paz e tranquilidade" e conter crime e a migração.

Do outro lado, há quem veja avanços recentes - semana de trabalho mais curta, salário mínimo maior e queda nos homicídios - e tema um retrocesso. Esses eleitores defendem Jeannette Jara, candidata da coalização de esquerda governista, e alertam que Kast, filho de um integrante

do partido nazista, "apagará o progresso" em direitos civis e sociais.

A polarização expõe o que está em jogo após 70% dos votos do primeiro turno terem ido para legendas de direita. Kast, em sua terceira tentativa presidencial, cresce embalado pelo medo da criminalidade. Ex-eleitores de Jara afirmam que "é hora de medidas drásticas".

Após ser derrotado por Gabriel Boric em 2021, Kast suavizou temas sociais e concentra seu discurso em segurança e migração. Promete deportar migrantes sem status legal, ampliar o poder policial e erguer mais prisões, inspirado em Donald Trump e Nayib Bukele. Na economia, propõe cortes de US\$ 6 bilhões, embora sua equipe admita que o ajuste poderá levar mais tempo.

## ESTADOS UNIDOS

# Trump retira Moraes e esposa de lista da Lei Magnitsky

WESLEY GALZÓ/AE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, retirou nesta sexta-feira o nome do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes da lista de sancionados pela Lei Magnitsky. A decisão também incluiu a remoção da advogada Viviane Barci, esposa do magistrado, e do Instituto Lex, empresa mantida pelo casal.

Moraes foi sancionado pelo governo Trump no dia 30 de julho deste ano em um contexto de pressão das autoridades norte-americanas para que ele recuasse no julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro por liderar uma organização criminosa em uma tentativa de golpe de estado.

Já Viviane e a empresa foram incluídos na lista mantida pelo Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros no dia 22 de setembro deste ano, num gesto de retaliação após a Primeira Turma do STF acompanhar o voto de Moraes e condenar Bolsonaro a 27 anos de prisão, no dia 11 do mesmo mês.

A lei Magnitsky impõe sanções financeiras a estrangeiros acusados de corrupção ou violações graves de direitos humanos. O dispositivo legal à disposição do Departamento de Tesouro dos Estados Unidos nunca havia sido utilizado contra membros do Poder Judiciário. O governo americano ainda não publicou a justificativa para ter retirado o ministro e a sua esposa da lista de sancionados.

Em julho, o Departamento de Tesouro dos Estados Unidos



RICARDO STUCKERT/PR

afirmou que "o objetivo final das sanções não é punir, mas promover uma mudança positiva de comportamento".

A gestão Trump puniu Moraes por considerar que ele promovia uma "caça às bruxas" contra Bolsonaro e seus apoiadores, conforme declarou o próprio presidente dos Estados Unidos. O secretário do Tesouro norte-americano, Scott Bessent, reproduziu o discurso de Trump ao justificar a punição e afirmou que Bolsonaro foi um dos alvos de Moraes "em sua campanha de censura, detenções arbitrárias que violam direitos humanos e perseguição política."

A aplicação da Lei Magnitsky pelo governo Trump foi fruto de intensa pressão do depu-

tado federal Eduardo Bolsonaro (PL-RJ), que se mudou para os Estados Unidos em fevereiro deste ano com o objetivo de convencer as autoridades americanas de que o julgamento do seu pai era fruto de perseguição política. O lobby de Eduardo junto à administração Trump contou com o apoio do influenciador Paulo Figueiredo.

Em nota publicada, Eduardo afirmou ter recebido "com pesar a notícia da mais recente decisão anunciada pelo governo americano", mas disse estar grato pelo apoio de Trump. "Esperamos sinceramente que a decisão do presidente Donald Trump seja bem-sucedida em defender os interesses estratégicos dos americanos, como é o

seu dever", afirmou.

O rol de punições a Moraes incluía o bloqueio de bens em seu nome ou que sejam seus, mas que, eventualmente, estivessem sob posse de norte-americanos. Além disso, quaisquer empresas ou entidades ligadas ao ministro ficaram proibidas de operar no país.

A aplicação da Lei Magnitsky também implicava em sanções a instituições financeiras e outras pessoas que "se envolvem em determinadas transações ou atividades" com o ministro. Empresas como bancos e operadoras de cartões de crédito foram proibidas de realizarem qualquer operação que envolva Moraes, sob pena de receberem multas milionárias e outras sanções.

# Embaixada dos EUA no Brasil publica vídeo sobre autodeportação

AE

A Embaixada dos Estados Unidos no Brasil publicou um vídeo que retrata a "autodeportação" de imigrantes em situação irregular no país como um "presente perfeito para as festas de fim de ano" do Departamento de Segurança Interna (DHS, na sigla em inglês). Semelhante a propagandas americanas antigas de Natal, o material, publicado na última quarta-feira, incentiva o uso de um aplicativo do governo para retornar ao país de origem.

"Você é um imigrante ilegal nos Estados Unidos? Está procurando o presente de fim de ano perfeito para sua família?", questiona em inglês o narrador do vídeo, que então explica como usar o aplicativo CBP Home, lançado no início do ano pelo

governo Trump e voltado a imigrantes em situação irregular que se interessam pelo que o governo norte-americano chama de "deportação voluntária".

O aplicativo gratuito, desenvolvido pela Alfândega e Proteção de Fronteiras (CBP, na sigla em inglês), oferece US\$ 1.000 aos imigrantes que deixarem os Estados Unidos por iniciativa própria. Autoridades do país afirmam que o programa economiza recursos do governo.

Dados do DHS publicados em maio indicam que o custo médio para o Departamento de Imigração e Alfândega dos EUA prender, deter e remover um imigrante ilegalmente nos Estados Unidos é de US\$ 17.121. O DHS afirma que, mesmo com o custo do auxílio, uma "autodeportação" reduz o encargo de uma deportação em cerca de 70%.

"O DHS tem a melhor oferta

de fim de ano da sua vida. É o aplicativo CBP Home. É grátis. É rápido. Basta baixar o aplicativo CBP Home e preencher suas informações. Nós cuidaremos dos preparativos da sua viagem. E, quando você voltar para casa, receberá um auxílio de US\$ 1.000. Então, não perca tempo", continua a narração do vídeo publicado pela Embaixada.

"O DHS oferece o melhor presente de Natal para você e sua família: faça o download do aplicativo CBP Home e volte para casa a tempo das festas de fim de ano", diz a legenda que acompanha o vídeo.

O lançamento do aplicativo é parte do esforço pela agenda de deportação em massa do presidente norte-americano, Donald Trump, que tenta cumprir suas ambiciosas promessas de deportar milhões de imigrantes em situação irregular em seu se-

gundo mandato. O presidente adotou uma política anti-imigração linha dura, marcada, entre outras iniciativas, pelo aumento de operações para deter imigrantes por órgãos como a Agência de Imigração e Alfândega (ICE, na sigla em inglês).

A Embaixada já havia feito publicações incentivando o uso do CBP Home que chamaram a atenção anteriormente. Em julho deste ano, o perfil usou uma imagem do filme de ficção científica "E.T., O Extraterrestre", com a frase: "Até o E.T. sabia a hora de voltar para casa".

"Se você está nos EUA ilegalmente, faça como o E.T.: é hora de ligar para casa. Use o aplicativo CBP Home e vá embora agora, com apoio e dignidade. Você receberá assistência para a viagem e uma ajuda de custo para retornar ao seu país de origem", dizia a legenda.

## COMÉRCIO EXTERIOR

# Tarifas impostas pelo México preocupam a CNI

FLÁVIA SAID/AE

Em estimativa inicial, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) calculou que as novas medidas tarifárias do México poderão impactar US\$ 1,7 bilhão (14,7%) do que foi exportado pelo Brasil ao México em 2024. A CNI aguarda a confirmação de possíveis alterações no escopo da medida para estimar um impacto mais preciso sobre as exportações brasileiras.

O Congresso mexicano aprovou na quarta-feira um aumento de pelo menos 35% nas tarifas

de importação de 1,4 mil produtos de 12 países com os quais não possui acordos comerciais, entre eles o Brasil e a China - este último o principal país afetado. A expectativa é de que as novas tarifas entrem em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026.

A medida foi aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado no mesmo dia. O partido da presidente Claudia Sheinbaum, que afirmou que as tarifas eram necessárias para impulsionar a produção nacional, controla ambas as casas.

A entidade da indústria brasi-

leira defende que o governo avance na negociação de acordo de livre comércio mais abrangente com o México, mercado prioritário da agenda internacional da indústria nacional. "A medida é considerada fundamental para proteger e ampliar a relação comercial bilateral, sobretudo neste momento", sustenta a CNI.

Um dos principais pontos destacados na análise preliminar da CNI é que os acordos bilaterais vigentes são insuficientes e, principalmente neste momento, pode haver redução da

competitividade brasileira.

Para a CNI, é importante que os governos do Brasil e do México intensifiquem o diálogo bilateral, de modo a isentar ou diferenciar os produtos brasileiros das tarifas de importação anunciadas pelo México, que a entidade afirma irem na contramão das negociações em curso. "Isso permitirá a manutenção do compromisso conjunto de modernizar a relação econômica, à medida que se cumpre com celeridade o cronograma do plano de trabalho para atualização dos acordos comerciais", completa a CNI.

Até o momento, o governo brasileiro não se manifestou publicamente sobre o tema, que ainda está em avaliação no Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), chefiado pelo vice-presidente Geraldo Alckmin.